



**Paulo Rezzutti**

# **INDEPENDÊNCIA** **A história não contada**

*A construção do Brasil: 1500-1825*

LeYa

# Sumário

<b>Introdução</b>	9
<b>Parte I: Uma terra chamada Brasil</b>	17
Os Braganças	19
O Brasil	25
As primeiras ideias de liberdade	41
<b>Parte II: A construção do Estado</b>	57
A chegada da Família Real	59
Reino Unido	85
A Revolução do Porto	105
“Diga ao povo que fico”	124
<b>Parte III: A Independência</b>	141
O levante da Divisão Auxiliadora	143
A ideia da unidade nacional	149
A jornada da Independência	163
“Independência ou morte!”	178
Do Reino ao Império	193
A Guerra da Independência	212
A Assembleia Constituinte de 1823 e a Constituição de 1824	232
O reconhecimento do Brasil	249
Conclusão	265
Agradecimentos	269
Notas	270
Bibliografia	276

## INTRODUCAO

EM 1943, o que deveria ser mais um dia normal de despacho no Museu Imperial, em Petrópolis, acabou se transformando numa caça ao tesouro quando Alcindo Sodré, o diretor da instituição, atendeu a um telefonema em seu gabinete. Do outro lado da linha, falando do Rio de Janeiro, estava Antônio Augusto de Almeida, funcionário da Casa da Moeda.

Almeida contou a Sodré que havia recebido a missão de fundir diversas peças de ouro que tinham chegado ao Tesouro Nacional. O técnico analisou um dos conjuntos e viu que as peças juntas, montadas, formavam uma coroa. Por isso, tomara a iniciativa de ligar para o diretor do Museu Imperial: talvez a instituição pudesse se interessar por aquele objeto. Na ocasião, o museu já possuía a coroa de d. Pedro II, adquirida dos herdeiros do imperador, mas ninguém sabia onde havia ido parar a de d. Pedro I, fundador do Império do Brasil.

Só que havia um porém. O funcionário da Casa da Moeda contou que tinha um prazo para realizar a fundição das peças, portanto Sodré teria que agir logo. Imediatamente, o diretor do museu ligou para o chefe de gabinete de Getúlio Vargas e recebeu a promessa de que a ordem seria suspensa até que o conjunto de ouro fosse analisado. No dia seguinte, Sodré desceu para o Rio de Janeiro e foi se encontrar com o colecionador, numismata e antiquário Francisco Marques dos

Santos. De posse do terceiro volume de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, os dois rumaram para a Casa da Moeda a fim de ver as peças que Almeida havia separado. Ali, comparando-as com os desenhos da coroa de d. Pedro I, feitos mais de cem anos antes, descobriram que as peças que quase haviam sido derretidas formavam mesmo a joia desaparecida.

Por ordem direta de Getúlio Vargas, o conjunto foi limpo, a coroa foi restaurada, montada e devidamente entregue ao Museu Imperial, que a mantém em exposição desde então. Comparativamente à coroa de d. Pedro II, a de d. Pedro I enche bem menos os olhos dos visitantes, uma vez que dela sobreviveu apenas a armação em ouro de 22 quilates. A peça é formada por uma auréola de ouro, de onde partem oito florões que se unem no topo, encimados por uma esfera armilar arrematada por uma cruz de Cristo vazada. Na auréola, no espaço entre os florões, é possível ver as armas do novo Império e, entre elas, os buracos onde havia rosas de brilhantes. Essas rosas e os demais brilhantes da coroa, somando mais de duzentas pedras, foram retirados dessa estrutura em 1841 para ornarem a coroa de d. Pedro II. Além dos diamantes, falta também na coroa de d. Pedro I o gorro interno de veludo verde.

A coroa de d. Pedro I, ou “do fundador”, como era chamada, assim como “a espada do Ipiranga”, foram, durante o período do Império, símbolos de nossa Independência. Elas eram utilizadas em algumas cerimônias, como na coroação de d. Pedro II e na inauguração do monumento equestre de d. Pedro I na Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro. Acredita-se que a “espada do Ipiranga”, que tem na lâmina as armas do Reino Unido, seja o sabre que teria pertencido a d. Pedro I e que se encontra hoje no Museu Histórico Nacional.

A trajetória da coroa, e a maneira como ela foi parar no Tesouro e quase acabou sendo fundida, é nebulosa. O que sabemos é que foi feita pelo ourives carioca Manuel Inácio de Loiola, na sua oficina na rua dos Ourives, atual rua Miguel Couto, sob orientação do também ourives carioca Inácio Luís da Costa, que fez o cetro imperial. Essa não foi a primeira coroa confeccionada para um membro da dinastia de Bragança no Brasil. Em 1817, uma outra fora confeccionada no Rio de Janeiro e utilizada para a aclamação de d. João VI, primeiro monarca aclamado na América.

Essa coroa foi com o rei quando de sua partida para Lisboa, em 1821, e pode ser vista no Palácio Nacional da Ajuda; já a do Brasil quase desapareceu. Os brasileiros parecem dar pouca importância para o patrimônio material da nação, ou mesmo para suas perdas. Comoções ocorrem na ocasião de grandes desastres, para logo depois serem esquecidas. Talvez não seja errôneo afirmar que mais cidadãos brasileiros foram à Torre de Londres ver as joias da coroa da Inglaterra do que a Petrópolis ver as coroas de nosso Império. Algo nos falta, como cidadãos, quando não valorizamos nosso patrimônio material e imaterial. Muitas vezes, determinados elementos são menosprezados por se ligarem a certas pautas políticas ou ideológicas. Ainda assim, são parte de uma história em comum e que não pode ser esquecida, devendo ser protegidos contra a destruição causada pelo esquecimento.

O próprio 7 de setembro muitas vezes é acusado de ser uma construção. Afirma-se que o “Grito do Ipiranga” não existiu, e algumas vertentes defendem que a data nem deveria ser comemorada, por não ter contado com a participação popular. Esse discurso – que busca controlar o que deve ou não ser dito, o que deve ser silenciado e o que deve ser enaltecido – foi usado inúmeras vezes na nossa história, até mesmo para justificar a própria data do 7 de setembro. Em 1831, a Assembleia do Império, após a abdicação de d. Pedro I do trono brasileiro, estabeleceu que, a partir de 1832, o 12 de outubro não deveria fazer mais parte dos festejos nacionais relacionados à Independência do Brasil. Nesse dia, nove anos antes, em 1822, após consultas feitas em vilas e cidades brasileiras, d. Pedro I, por “aclamação dos povos”, fora escolhido pelos brasileiros como seu primeiro líder. Essa data, que efetivamente poderia marcar a nossa “declaração de Independência”, acabou sendo banida do calendário cívico nacional na época por ser também o dia do aniversário do ex-imperador.

Hoje, assim como naquele tempo, a narrativa histórica segue a linha de discurso dos grupos no poder ou que o almejam. Se a data do aniversário do primeiro imperador devia ser esquecida, com ela também desaparecia a recordação da vontade do povo brasileiro que escolhera, pela primeira vez, seu governante. Assim, a imagem do “grito” acabou se consolidando. Essa alegoria do imperador com a espada erguida foi bem acolhida em 1972, nas comemorações do Sesquicentenário da

Independência, durante o período da ditadura militar. Nessa época, os brasileiros, com seus direitos democráticos cerceados, não podiam eleger diretamente seu presidente ou governador, nem os prefeitos de suas capitais, portanto a data da aclamação, que lembrava a soberania da vontade popular, era melhor continuar esquecida. Nessa celebração, ressurgiu um d. Pedro I de forma militar, uma figura quase messiânica, o ungido que com um sabre na mão defende o Brasil e os brasileiros. Seu corpo é tratado com toda a pompa, praticamente como uma relíquia de santo, sendo enviado para diversos lugares do Brasil e passando uma noite em Pindamonhangaba, na mesma cripta com os demais membros de sua guarda de honra do Ipiranga. A jornada terminou efusivamente na Cripta Imperial, onde ficaria sepultado. Ou quase: o caixão não cabia no esquife de granito e precisou ficar do lado de fora por algum tempo.

Muito mais do que ser apenas mais um livro lançado durante o Bicentenário da Independência do Brasil, esta obra busca explicar de maneira concisa o processo de nossa Independência e de construção da nossa identidade nacional, tentando ao máximo inserir o povo brasileiro. Em 1822, como em 1821, 1820 e, retrocedendo, até 1500, não existia um Brasil coeso, uno: existiam ideias locais, das elites regionais, a respeito do que elas achavam ser bom para si e, por consequência, para o povo. Diferentemente da população brasileira, essas elites eram majoritariamente brancas e faziam parte da minoria livre, numa sociedade nascida e criada sobre a base econômica da escravização de outros seres humanos. Essa herança, até os dias de hoje, causa marcas e consequências ao Brasil.

Pensarmos e estudarmos o processo da nossa Independência é um exercício necessário para projetarmos nosso futuro como brasileiros e cidadãos.

Paulo Rezzutti  
Abril de 2022